



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL

RELATIVO AO PERÍODO

1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO DE 2018



ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Análise das contas	4
4. Controlo da execução orçamental	9
5. Cumprimento de determinações legais	10
6. Notas finais	11
7. Anexos	13

2
P6



1. INTRODUÇÃO

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por MP) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à MP a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.


A estrutura acionista da MP é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da MP celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.

Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;

3
R/ 



- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela MP.

Nos termos da legislação aplicável, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da MP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, compete ao Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efetuada relativa ao 2.º trimestre de 2018.

2. FACTOS RELEVANTES

O presente relatório teve por base a documentação disponibilizada pela empresa, designadamente, a "Informação de Gestão – junho - Capítulos Financeiros", a "Informação de Gestão – junho - Capítulos de Gestão", o Balanço individual em 30 de junho de 2018, a Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 30 de junho de 2018 e as atas da Comissão Executiva do 2.º Trimestre de 2018, bem como o relatório elaborado pelo ROC referente ao mesmo período.

Da informação analisada, destaca-se que:

- A 30 de junho de 2018 a MP apresenta património líquido e fundo de maneo (ativo corrente menos passivo corrente) negativos de 2.727 milhões de euros e de 588 milhões de euros, respetivamente;
- As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a qual está dependente do contínuo suporte financeiro do Estado Português para o reequilíbrio económico-financeiro da concessão, da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos e do sucesso futuro das suas operações;
- À data de 30 de junho de 2018 não foram efetuados testes de imparidade aos direitos de concessão registados nos ativos intangíveis, cujo saldo ascende a 1.850 milhões de euros. A MP apenas efetua testes de imparidade sobre estes ativos anualmente, sendo que, a 31 de dezembro de 2017 foi concluído pela inexistência de imparidade nos referidos ativos. Deste modo, não se tendo alterado os pressupostos assumidos, considera-se, com base na análise do ROC, que não existem indícios de imparidade a 30 de junho de 2018;
- No âmbito do acordo realizado em maio de 2017 com a entidade ProMetro, S.A., a MP recebeu o montante de 9 milhões de euros em 2 tranches, em julho de 2017 e janeiro de 2018. Encontra-se pendente a regularização do IVA liquidado relativo a esta operação no montante global de cerca de 7 milhões de euros, tendo a empresa procedido ao reconhecimento de provisão sobre 50% deste montante em 2017. Na perspetiva de que esta política de provisionamento possa não ter sido a mais consistente, a 30 de junho de 2018, o passivo encontrava-se subavaliado e o resultado sobreavaliado pelo montante de cerca de 3,5 milhões de euros.

3. ANÁLISE DAS CONTAS

Integrando a empresa o perímetro das Administrações Públicas enquanto entidade pública reclassificada, passou, a partir de 1 de janeiro de 2018, a estar vinculada à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro.

4



Assim, do anexo ao presente relatório constam o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas, reportados a 30 de junho de 2018, elaborados de acordo com o referencial contabilístico SNC-AP.

Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço face a 31 de dezembro de 2017 e à análise comparativa dos gastos e rendimentos no final do segundo trimestre de 2018 com igual período do ano anterior, destacando os pontos seguintes:

3.1 CONTAS DE BALANÇO

3.1.1 Financiamentos Obtidos

O valor dos financiamentos da MP, reportado a 30 de junho de 2018, era a seguinte:

	Unidade: m€	
	30.06.2018	31.12.2017
Empréstimos mútuos	445.750	447.000
Banco Europeu de Investimentos	499.595	525.133
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	2.586.362	2.475.024
Locação Material Circulante - LEP	161.849	165.213
Bonificação BEI	130	130
Bonificação LEP	1.951	1.951
Total	3.695.637	3.614.451

No período em análise foram contralidos novos financeiros junto do Estado, via DGTF, no montante global de 111.338 milhares de euros, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial).

Os pagamentos efetuados relativos a amortização da dívida foram os seguintes:

	Unidade: €
Amortização da dívida	
Empréstimos mútuos	1.250.000
Banco Europeu de Investimentos	25.537.373
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	0
Locação Material Circulante - LEP	3.364.562
Total	30.151.934

No 2.º trimestre de 2018 as prestações de capital e juros vencidas em 31 de maio de 2018 relativas a empréstimos obtidos junto do Estado, via DGTF, no montante global de 411.909 milhares de euros¹, não foram objeto de refinanciamento junto da DGTF, situação que não foi regularizada até ao final do segundo trimestre.

¹ Que inclui as prestações de capital vencidas em 30 de novembro de 2017, cujo pagamento foi diferido para a data supramencionada.

5



3.1.2. Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica evidenciada no balanço reflete o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos pela MP (swaps de taxa de juro), reportado a 30 de junho de 2018, determinado em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente).

A composição da carteira detida não registou alteração, sendo composta por quatro instrumentos financeiros derivados, sendo que apenas um deles se encontra classificado como sendo de cobertura para efeitos contabilísticos. Deste modo, de acordo com as normas contabilísticas em vigor, a flutuação do justo valor do swap classificado como de cobertura é registada por contrapartida do património líquido, enquanto que a flutuação do justo valor dos restantes instrumentos financeiros detidos é reconhecida em resultados.

Apresentamos a evolução ocorrida nesta rubrica em 2018:

	30.06.2018	31.12.2017	Unidade: € Variação
Instrumentos financeiros derivados	409.334.971	438.999.680	- 29.664.709

A evolução do justo valor da carteira de swaps de taxa de juro detida foi favorável no montante de cerca de 29,7 milhões de euros, do qual cerca de 1,1 milhões de euros foi reconhecido em capitais próprios, de acordo com a política acima descrita.

3.1.3. Outras dívidas a pagar

A 30 de junho de 2018, o valor de "outras dívidas a pagar" decompõe-se da seguinte forma:

	30.06.2018	31.12.2017	Unidade: € Variação
Acréscimos de gastos	35.054.800	45.928.904	-10.874.104
Dívidas ao pessoal	57.460	57.457	3
Outros credores	293.128	438.609	-145.481
Total	35.405.388	46.424.970	-11.019.582

A redução ocorrida nesta rubrica resulta, essencialmente, do efeito líquido: a) da regularização, efetuada no primeiro trimestre, no valor de cerca de 36,3 milhões de euros (juros dos Swaps contratados junto do Banco Santander, ao abrigo do acordo celebrado em maio de 2017) e; b) do acréscimo de juros no 1º semestre de 2018, no montante de cerca de 21,3 milhões de euros².

² Essencialmente, juros de empréstimos ao Estado vencidos em 31-05-18 e não pagos.

6
R. Dufin



3.2 - CONTAS DE RESULTADOS

Ao nível da procura, registava-se, no final do segundo trimestre de 2018, um aumento de 2,9% do número de validações (+889.468 validações), quando comparado com igual período do ano anterior. No que respeita ao indicador passageiros.Km este aumentou 2,5% face ao período homólogo de 2017.

Consequentemente, os rendimentos, que incluem nomeadamente os réditos associados ao sistema de metro ligeiro e do funicular, apresentaram um crescimento de 6,2%. O agravamento registado ao nível dos gastos de exploração (5,7%), conduziu a uma melhoria da taxa de cobertura global de natureza operacional em cerca de 0,5 p.p., de 93,5%, em 30 de junho de 2017, para 94,0% à data analisada. Esta variação de gastos está essencialmente relacionada com o aumento de despesas com a operação de cerca de 0,4 milhões de euros e das Outras despesas correntes (1,1 milhões de euros) em consequência do registo do montante da despesa resultante da sentença do processo Transdev.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a MP apurou um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos positivo, no valor de 11,1 milhões de euros, apresentando uma deterioração face ao período homólogo de 2017, de cerca de 7,9 milhões de euros. Face aos elevados encargos financeiros suportados, o resultado líquido do período foi negativo no valor de 51,2 milhões de euros, tendo sido registada uma evolução negativa face a igual período do ano anterior de 17,3 milhões de euros. Para esta evolução desfavorável contribuiu, quer a variação do EBITDA, quer o aumento de encargos financeiros de 3,3 milhões de euros, quer a diminuição do impacto da flutuação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos de 5,2 milhões de euros face ao período homólogo.

Em termos da evolução das diversas rubricas, será de destacar o seguinte:

Provisões

	30.06.2018	30.06.2017	Unidade: € Variação
Provisões líquidas ⁽¹⁾	1.677.542	10.037.015	-8.359.473
(1) Valor líquido das reversões.			

As provisões registadas no segundo trimestre de 2018 resultam essencialmente da reversão de uma provisão no montante 1.500.697 euros (efetuada em anos anteriores), relacionado com o Grupo Transdev.

A junho de 2017 existiu um impacto no resultado resultante da reversão de provisão relacionada com custas processuais no processo com o Banco Santander no montante de cerca de 10.037 milhares de euros, devido ao acordo ocorrido em abril de 2017 e que isentou a empresa de qualquer pagamento a este título³.

O reporte acima efetuado utiliza a correta contabilização das reversões que ocorreu no final de 2017.

³ Refira-se que, para efeitos de Demonstrações Financeiras a 30 de junho de 2017, o montante referido foi considerado na rubrica de "resultados transitados", tendo sido posteriormente corrigido para a linha de "provisões líquidas" na demonstração dos resultados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017.

7
Dufay
P6



Aumento / reduções de justo valor

	30.06.2018	30.06.2017	Unidade: € Variação
Perdas por redução de justo valor	0	0	0
Ganhos por aumento de justo valor	28.505.054	33.682.909	-5.177.855
Impacto líquido em resultados	28.505.054	33.682.909	-5.177.855

Em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente), notamos que a variação do justo valor dos contratos de swap entre 31 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018 apresentou um impacto positivo no resultado da Empresa em cerca de 28.505 milhares de euros, ou seja, um valor inferior em 5,2 milhões de euros face ao período homólogo.

3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do orçamento no primeiro semestre de 2018 foi a seguinte:

	Unidade: m€				
Descrição	Real jun-18	Orçamento jun-18	Execução semestral	Orçamento anual 2018	Execução anual
Gastos					
Fornecimentos e serviços externos	31.002	37.680	82,28%	64.420	48,12%
FSE modelo intangível (IAS 11)	10.018	10.798	92,78%	21.596	46,39%
Gastos com o pessoal	2.242	2.275	98,55%	4.550	49,27%
Gastos de depreciação e amortização	29.606	28.701	103,15%	57.401	51,58%
Provisões do período	0	0	-	0	-
Outros gastos	1.208	6.503	18,58%	12.669	9,54%
Gastos de financiamento	61.255	64.784	94,55%	125.091	48,97%
Imposto s/o rendimento período	0	0	-	20	0,00%
Total de gastos	125.313	139.943	89,55%	264.151	47,44%
Rendimentos					
Prestações de serviços	34.828	34.123	102,07%	67.429	51,65%
Prest. Serv. mod intangível (IAS 11)	10.018	10.798	92,78%	21.596	46,39%
Subsídios à exploração	2	0	-	0	-
Reversão de imparidades	0	0	-	0	-
Reversão de provisões	1.678	0	-	0	-
Ganhos por aumento de justo valor	28.505	0	-	0	-
Outros rendimentos	9.063	0	-	16.641	54,46%
Juros e outros rend. similares	0	0	-	13	0,00%
Total de rendimentos	74.076	34.123	217,09%	84.083	88,10%
Resultado líquido do período	-51.236	-105.820	48,42%	-180.068	28,45%

Deu

8
Pf



Em 30 de junho de 2018 verificou-se um desvio favorável do resultado líquido face ao orçamento de cerca de 54,6 milhões de euros. Este desvio resulta, designadamente, da diminuição dos gastos de financiamento não previstos no orçamento de cerca de 3,5 milhões de euros, nomeadamente encargos com swaps contratados junto do Banco Santander, e redução dos Fornecimentos de Serviço Externos de 6,7 milhões de euros. Verificou-se também um contributo favorável ao nível dos rendimentos não orçamentados, nomeadamente os ganhos por aumento de justo valor (28,5 milhões de euros), reversão de provisões de 1,7 milhões de euros e outros rendimentos no montante de 9,1 milhões de euros.

4 – CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – CONTABILIDADE PÚBLICA

Foram apresentados até 30 de junho de 2018 os seguintes pedidos de alteração orçamental:

- A 23 de maio de 2018, no seguimento da necessidade de proceder a pagamentos no montante adicional de IRC em 2018, foi solicitado o aumento da rubrica orçamental de Ativos Financeiros e a redução de Outras Despesas correntes, no montante de 136,5 mil euros, tendo o pedido sido aprovado;
- A 7 de junho de 2018, e de forma a dar cumprimento ao novo contrato de operação e manutenção do Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto, celebrado em 1 de abril de 2018, foi solicitada autorização para a aplicação dos saldos de gerência transitados de 2017 em despesa, no montante de cerca de 12,5 milhões de euros, o que também foi aprovado;
- Em junho foi autorizado a descativação parcial da despesa anteriormente solicitada no valor de 7.500.000 euros, face ao pedido no montante total de 11.773.302 euros.

Os mapas de controlo orçamental reportados a 30 de junho de 2018 (valores acumulados) resumem-se da seguinte forma:

Unidade: m€					
Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau execução %
Despesa efetiva	261 898	157 863	106 710	155 188	41%
Ativos financeiros	3	0	0	3	0%
Passivos financeiros ⁽¹⁾	667 013	413 314	26 787	640 226	4%
Total despesa	928 914	571 177	133 497	795 417	14%

(1) - O valor da execução dos Passivos financeiros não corresponde ao valor das amortizações de empréstimos, visto que, em contabilidade pública a Locação Material Circulante - LEP não é classificada em Despesa com Passivos Financeiros, tendo, antes impacto na despesa efetiva.

Unidade: m€			
Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Grau de execução %
Receita efetiva	78 944	35 077	44%
Passivos financeiros	860 836	111 338	13%
Saldo gerência anterior	12 507	12 507	100%
Receita extra orçamental	269	0	-
Total receita	952 556	158 921	17%

Em 30 de junho de 2018, e com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo orçamental e o respetivo reporte encontravam-se automatizados.

Assinatura

9
P6



5. ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

5.1. Orientações e Objetivos de Gestão

A MP encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE). Não foram estabelecidos objetivos de gestão específicos, para além das metas definidas no Ofício nº 3708, de 7 de agosto de 2017, da DGTF, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2018. Por outro lado, o Plano de Atividades e Orçamento de 2018 não se encontrava aprovado à data de 30 de junho.

5.2. Remunerações

A MP tem vindo a dar cumprimento ao disposto na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

5.3. EBITDA e Eficiência Operacional

A informação trimestral apresentada permite aferir de forma indicativa a evolução dos seguintes indicadores:

- O EBITDA de 2018 diminui face a 2017 (período homólogo) passando de cerca de 19,0 milhões de euros para cerca de 11,1 milhões de euros; não contribuindo para o cumprimento da orientação da DGTF;
- O EBIT registou uma deterioração, passando de -9,7 milhões de euros para -18,5 milhões de euros, não contribuindo para o cumprimento da orientação da DGTF;
- O GAP operacional de tesouraria do 1º semestre de 2017 era de cerca de -1.651 mil euros (93,5%) e diminui no 1º semestre de 2018 para -1.620 mil euros (94%), o que resultou de um aumento de gastos operacionais de cerca de 5,7% e aumento de rendimentos de 6,2%. Este resultado contribui para o cumprimento do objetivo previsto no n.º 1 do artigo 145.º do DL n.º 33/2018(DLEO 2018), de 15 de maio;
- As despesas com Pessoal (sem rescisões) e com Deslocações, estadas e transportes diminuíram face ao período homólogo de 2017, contribuindo para o cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018.

5.4. Acréscimo de Endividamento

No primeiro semestre de 2018, o acréscimo de endividamento remunerado corrigido do capital social realizado foi de cerca de 2,2%, percentagem superior ao valor indicativo das orientações contidas no citado ofício da DGTF.

Recorda-se que, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei do OE/2018, de 29 de dezembro, o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material, nos termos definidos no artigo 146.º do DLEO 2018.

5.5. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

No entanto, apenas a título indicativo, verifica-se que o PMP apurado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) a 30 de junho de 2018 é de 52 dias, inferior ao PMP apurado pela DGTF a 31 de dezembro de 2017 (55 dias).



5.6. Unidade de tesouraria

A MP tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, concentrando as suas operações financeiras no IGCP e mantendo contas bancárias apenas para as necessidades decorrentes de compromissos contratualmente definidos ou relativas a operações não asseguradas pelo IGCP. Face a estas necessidades, foi apresentado um requerimento em 2017 no sentido de que fosse aplicado à MP o regime de exceção previsto no artigo 111º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 90º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março, o qual foi deferido em julho de 2018.

5.7. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

A 30 de junho de 2018, com a implementação de novas funcionalidades no ERP utilizado, o controlo dos compromissos encontrava-se automatizado⁴.

6. NOTAS FINAIS

Face ao período homólogo do ano anterior assistiu-se a uma diminuição do EBITDA no montante de 7,9 milhões de euros, decorrente essencialmente da diminuição das Provisões revertidas, face ao período homólogo de 2017. Além disso o nível de endividamento da empresa e os elevados encargos financeiros suportados penalizaram fortemente os resultados alcançados, continuando a ser apurado um resultado líquido negativo, do qual resulta um saldo negativo de património líquido de 2.727 milhões de euros. Por conseguinte, entendemos que o modelo de financiamento da MP deveria ser reformulado.

Face a este enquadramento, a continuidade das operações da empresa dependerá, essencialmente, da manutenção do apoio financeiro do acionista Estado, apoio esse que tem vindo a ser reafirmado pelo seu representante nas Assembleias Gerais Anuais.

Porto, 8 de fevereiro de 2019

O Conselho Fiscal

A Presidente

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Os Vogais

Eng. António Maria Silva Caetano

Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo

⁴ Resultado de inquérito efetuado pelo ROC a elementos do departamento administrativo/financeiro da MP.



7. ANEXOS

Handwritten text, likely a signature or note, appearing faint and illegible.

Handwritten signature above the page number.
12
Handwritten signature in blue ink.



Balanço individual em 30 de junho de 2018

valores em euros			
RUBRICAS	Notas	30/06/2018	30-06-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 114.681	3.179.459
Ativos intangíveis		1 849 659 680	1 908 632.679
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		574 233	207 127
		<u>1.853.348 593</u>	<u>1 912.019.266</u>
Ativo corrente			
Cientes		3 254.449	42 544.252
Estado e outros entes públicos		28 142.659	20 869.795
Outros créditos a receber		36 626 682	42 491.664
Diferimentos		60 199	26 535
Outros ativos financeiros		7 810 610	5 992.054
Ativos não correntes detidos para venda		72 005	72.005
Caixa e depósitos		26 193.417	13 738 032
		<u>102 160 021</u>	<u>125 734.337</u>
Total do ativo		<u>1 955 508 614</u>	<u>2 037 753 603</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital subscrito		7.500.000	7.500.000
Outros instrumentos de capital próprio		224.808	224 808
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados		(11.593.405)	(14.051.567)
Resultados transitados		(3 188 961 218)	(3 092 276 052)
Ajustamentos em participações financeiras		1 134 786	1 123 530
Subsídios ao investimento		508 623 225	524 179 668
Outras variações no capital próprio		7 598 036	4 334 423
		<u>(51 236 155)</u>	<u>(33 979 205)</u>
Resultado líquido do período			
		<u>(2 726 709 922)</u>	<u>(2 602 944 395)</u>
Total do patrimônio líquido			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		530.989.758	556.203.591
Financiamentos obtidos		3 051.753 373	3 152.099.706
Instrumentos financeiros derivados		409 334 971	467 937.699
		<u>3 992 078 103</u>	<u>4 176 240 996</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		9 479 487	6 859.940
Fornecedores de investimentos		405.111	1 494.318
Estado e outros entes públicos		679 404	321.227
Financiamentos obtidos		643 883 692	408 195 402
Outras dívidas a pagar		35 405 388	47 579 478
Outros passivos financeiros		287 352	6 639
		<u>690 140 434</u>	<u>464 457 003</u>
Total do passivo		<u>4 682 218 537</u>	<u>4 640 697 998</u>
Total do patrimônio líquido e passivo		<u>1 955 508 614</u>	<u>2 037 753 603</u>

13
PG
Dufin



Demonstração individual dos resultados por naturezas
em 30 de junho de 2018

		valores em euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Réditos			
Serviços prestados (construção)		10.018.411	3.118.161
Serviços prestados (transporte)		24.352.155	23.069.432
Outras vendas e serviços prestados		457.887	666.798
Outros rendimentos			
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		2.165	6.101
Outros rendimentos		9.063.248	8.468.754
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (construção)		(10.018.411)	(3.118.161)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (operação e manutenção)		(18.007.297)	(17.575.002)
Outros fornecimentos e serviços externos		(2.976.519)	(3.338.259)
Gastos com o pessoal		(2.242.014)	(2.269.422)
Imparidade de dívidas a receber			56.334
Provisões líquidas		1.677.542	10.037.015
Outros gastos		(1.207.787)	(145.182)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.119.381	18.976.570
Gastos de depreciação e de amortização		(29.605.890)	(28.700.532)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(18.486.509)	(9.723.962)
Juros e rendimentos similares obtidos		0	1
Juros e gastos similares suportados		(61.254.700)	(57.938.154)
Aumentos/Reduções de justo valor		28.505.054	33.682.909
Resultado antes de impostos		(51.236.155)	(33.979.205)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(51.236.155)	(33.979.205)
Resultado líquido do período por ação		(34)	(23)